CC BY

Implicações psicossociais da migração rural-urbana para jovens universitários

Psychosocial implications of young college students' rural-urban migration

Implicaciones psicosociales de la migración rural-urbana para los jóvenes universitários

Alexsandra Maria Sousa Silva

Faculdade Luciano Feijão (FLF), Sobral, CE, Brasil.

Verônica Morais Ximenes

Universidade Federal do Ceará (UFC), Fortaleza, CE, Brasil.

Resumo

Neste trabalho discute-se como os processos migratórios podem produzir efeitos psicossociais, de diferentes ordens, dimensões e com especificidades, quando se trata da relação entre rural e urbano. O objetivo é identificar relações entre os modos de vida dos jovens universitários e a migração rural-urbana na realidade brasileira. Com base qualitativa, foram realizadas 14 entrevistas semiestruturadas com jovens universitários, de comunidades rurais, integrantes da assistência estudantil de uma instituição pública de ensino superior. Os resultados apontaram que o modo de vida dos jovens universitários que vivenciam a migração rural-urbana está atravessado por inúmeros desafios, dentre os quais a pobreza. Apresentou-se dilemas provenientes da migração para os universitários viajantes, que refletem na mudança do modo de socialização, no distanciamento dos vínculos familiares e na mudança cultural. Concluiu-se que é importante pensar políticas de assistência estudantil que considerem a dimensão socioeconômica e subjetiva, favorecendo o acesso e a permanência do estudante na universidade.

Palavras-Chave: Juventude; Migração; Ensino Superior.

Abstract

In this work discusses how the migration processes can produce psychosocial effects of different orders and dimensions, with specificities, regarding the connection between rural and urban. The objective is to identify relations between ways of life of the young college students and the urban-rural migration, in the Brazilian reality. Using a qualitative basis of research, we performed 14 semi structured interviews with the young college students, from rural communities, members of the student aid of a public institution of higher education. The results showed that the way of life of the young college students who experienced rural-urban migration is filled with innumerous challenges, poverty being one of them. The migration of the traveling college students presented dilemmas, which reflect the shift in the means of socialization, distancing from family bonds and cultural change. It has been concluded that it is

important to think student aid policies that consider the social economic and subjective dimension, enabling the access and permanence of the student in the university.

Keywords: Youth; Migration; Higher education.

Resumen

En este trabajo se analiza cómo los procesos migratorios pueden producir efectos psicosociales de diferentes órdenes y dimensiones, con especificidades, en lo que respecta a la relación entre lo rural y lo urbano. El objetivo es identificar las relaciones entre las formas de vida de los jóvenes universitarios y la migración rural-urbana en la realidad brasileña. Sobre una base cualitativa, se realizaron 14 entrevistas semiestructuradas a estudiantes universitarios de comunidades rurales, integrantes de la asistencia estudiantil en una institución pública de educación superior. Los resultados mostraron que la forma de vida de los jóvenes universitarios que experimentan la migración del campo a la ciudad está atravesada por numerosos desafíos, incluida la pobreza. Se presentaron los dilemas derivados de la migración para los estudiantes universitarios itinerantes, que reflejan el cambio en la forma de socialización, el alejamiento de los lazos familiares y el cambio cultural. Se concluyó que es importante pensar en políticas de atención al estudiante que consideren la dimensión socioeconómica y subjetiva, favoreciendo el acceso y permanencia de los estudiantes en la universidad.

Palabras clave: Juventud; Migración; Enseñanza superior.

Introdução

Delimitar o conceito de juventude permanece um desafio, visto que a compreensão de tal categoria é atravessada por marcadores históricos, socioeconômicos, políticos, culturais, cronológicos e subjetivos. Nesse sentido, considera-se importante a incorporação da multiplicidade de sentidos do "ser jovem" na produção de saberes na modernidade (Bittencourt, Matheus & Tavanti, 2018).

Quando se discute políticas que envolvem a juventude brasileira, constata-se que, em sua maioria, referem-se àqueles jovens que vivem no espaço urbano (Caetano & Azevedo, 2017). Os olhares para a realidade da juventude rural tiveram como marco os anos de 2008 e 2011, com as respectivas I e II Conferência Nacional de Juventude, a partir das quais denunciou-se a necessidade de espaços para a discussão sobre as especificidades desse segmento, seus modos de vida e desejos de futuro (Menezes, Stropasolas & Barcellos, 2014). Com isso, a Secretaria Nacional de Juventude (SNJ) incluiu demandas da juventude rural, o que culminou na criação do Grupo de Trabalho da Juventude Rural em 2012. Nesse percurso, quando se busca estudos e discussões sobre juventude de origem rural e políticas públicas, percebe-se que esse arranjo leva à discussão sobre

agricultura familiar e relação com a terra (Barcellos, 2015).

A migração no Brasil está historicamente ligada à questão da urbanização. Tal fenômeno tem impulsionado a mobilidade da população rural para os centros urbanos, cujo auge foi na década de 70, com a concentração das atividades econômicas nas cidades, caracterizando uma sociedade de caráter mais urbano-industrial (Baeninger, 2012).

Leite, Macedo, Dimenstein e Dantas (2013) pontuam que o rural passa por problemas sociais próprios e agravantes, como as dificuldades de acesso a serviços de saúde e de educação, e questões como insegurança fundiária, exploração de mão de obra, etc. Ademais, pode-se dizer que novas relações estão marcando as especificidades do rural, pois tal espaço vem adquirindo outras roupagens. A diferença entre essas realidades, rural e urbana, também está relacionada ao uso do tempo livre, aos modos de lidar com o trabalho e às relações sociais. Nesse sentido, é importante problematizar a ideia do rural como um lugar estereotipado e submisso ao urbano. É necessário questionar discursos dessa natureza e evidenciar novos olhares.

Quanto à migração rural-urbana, para Castro (2009), a relação entre permanecer e migrar é muito complexa, pois não se trata apenas de sair definitivamente de um lugar e morar em outro. Atualmente temos, por exemplo, a realidade vivida por muitos jovens, cujo deslocamento para o espaço urbano não necessariamente representa uma ruptura com o rural, mas pode ser característico de um modo de vida cotidiano. Nesse raciocínio, as desigualdades vivenciadas em realidades rurais têm feito com que os jovens busquem alternativas para satisfazer seus anseios, desejos e necessidades – muitas vezes longe de sua comunidade –, reproduzindo uma cultura da migração efetiva ou se propondo a vivenciar a migração transitória. Esse processo se torna mais complexo na medida em que ocorre em um contexto marcado por desigualdades sociais, econômicas e culturais. Marinho (2014) ressalta que essa realidade de migração tem se mostrado mais frequente, principalmente entre os jovens que buscam investir nos estudos, nos níveis médio e superior, e querem uma melhor qualificação. Nessa perspectiva, este artigo trata de um recorte de uma pesquisa de tese de doutorado e parte da compreensão de que a realidade da migração e da busca pelo acesso ao ensino superior pode sinalizar a necessidade de colocar em suspensão a categoria ‘jovens rurais’, bem como propõe refletir sobre possibilidades de desacomodar certas estruturas que sustentam e petrificam a ideia de rural.

A migração de jovens rurais e o ingresso no ensino superior

A juventude camponesa é parte integrante da pluralidade juvenil: são os jovens de origem rural, jovens que vêm do interior, de pequenas comunidades, regiões periféricas aos grandes centros urbanos e outras localidades consideradas não urbanas. Isso também se aplica a alguns lugarejos que se localizam no interior, que, mesmo não sendo considerados o rural do sertanejo, têm suas características atravessadas pelas diversas ruralidades. Ao considerar o recorte da juventude camponesa, sobrepomos a dimensão da classe social, uma vez que, muitas vezes, esse segmento advém do contexto de pobreza. Por fim, tem-se o recorte dado a partir do nível e do acesso à educação, visto que esta pesquisa priorizou jovens que acessaram o ensino superior. Desta feita, este estudo situa-se no entrelace desses principais marcadores, ou seja, busca-se evidenciar os discursos de jovens camponeses que vivenciaram a migração rural-urbana em um contexto de pobreza e que conseguiram acessar o ensino superior.

Em relação à categoria juventude, Castro (2009) chama a atenção para as diversas formas de construção da identidade juvenil, a qual é marcada por uma diversidade de experiências, sonhos e desejos. A autora ressalta a necessidade de compreender os múltiplos significados históricos e sociais que essas juventudes representam. Nessa direção, parte-se dessa mesma autora, para evidenciar a juventude não urbana, que pode ser chamada de juventude rural, juventude da roça ou juventude do campo.

A juventude camponesa é ampla, pois existem jovens em diferentes contextos rurais, como em comunidades rurais, no campo, nos arredores de praias ou serras e em outras regiões com características bem distintas, dado seus modos de constituição e suas histórias. É preciso destacar que os contextos dessas juventudes mudaram, pois atualmente envolvem novas e múltiplas dimensões, desde os direitos à cultura, ao esporte e ao lazer, até à participação social, política, acesso ao trabalho, renda e educação (Barcellos, 2015).

O modo de vida da juventude na realidade rural é marcado pelo trabalho com os pais, seja auxiliando nas atividades domésticas, seja na agricultura. Nesse caso, constata-se uma visão naturalizada que perpassa a condição juvenil no que se refere à imagem do jovem rural associada ao filho de agricultores familiares ou camponeses que vive um período de aprendizagens e preparação para suceder seus pais na agricultura. Esse jovem torna-se, então, parte de uma relação hierarquizada reproduzida de uma geração para outra. Segundo Castro (2009), essa imagem vem

sendo modificada juntamente às transformações das estratégias de reprodução das famílias de agricultores, de modo a emergir questões relacionadas à juventude e ao êxodo rural, à interação urbano-rural e à crise na relação familiar, marcada pela reprodução dos papéis ao longo das gerações.

Desse modo, a migração tem sido um tema bastante debatido na esfera pública e social, e isso tem reverberado também na sua importância nos centros acadêmicos. Tal fenômeno está relacionado à mobilidade humana, porém não são sinônimos. Para Barbieri (2011), a migração é caracterizada por uma mudança mais permanente, em que o indivíduo fixa moradia por um determinado período de tempo, enquanto a mobilidade é mais transitória, envolvendo fatores objetivos, subjetivos e contextuais. Nesse sentido, os jovens que vivem em comunidades rurais podem se deslocar para a cidade à procura de profissionalização e estudo, e isso pode se dar em caráter de migração ou de mobilidade transitória. Assim, esse deslocamento aponta que as características de cada região implicam novas configurações no que tange às migrações (Baeninger, 2012).

O fato é que atualmente predominam grandes transformações nas comunidades rurais, principalmente no que tange ao segmento juvenil. Segundo Zago (2006), essas transformações estão ligadas às demandas por escolarização em nível superior e à busca por novos destinos sociais e profissionais. Tal panorama leva parte da juventude rural a se distanciar do campo e da agricultura e apostar na vida urbana. É preciso considerar que essas mudanças, situadas a nível global e social, são provenientes de uma estrutura capitalista que exige maior nível de estudo e especialização profissional, gerando impactos em quem vive na zona rural. Nessa perspectiva, mesmo que ainda possa haver alguma ligação do jovem com atividades agrícolas e familiares, ele deixa de reproduzir a geração dos pais e passa a se constituir como categoria identitária com novas necessidades de educação, cultura, lazer, profissionalização e formação.

Com isso, observa-se um novo cenário, no qual a universidade brasileira passa a contar com uma diversidade maior de perfis socioeconômicos, étnicos, geracionais e de gênero, marcada pela multiplicidade, diversidade e heterogeneidade. Essa mudança foi favorecida pelas políticas de acesso ao ensino superior entre os anos de 2003 a 2011, como as políticas de inclusão e democratização do ensino superior nas IES federais brasileiras, as políticas de cotas para negros, índios e alunos provenientes da escola pública, as políticas de Assistência Estudantil, o REUNI (Programa de Apoio a

Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais), o qual contribuiu com o processo de interiorização das Universidades Federais, e o PROUNI (Programa Universidade para Todos), que possibilita o acesso do estudante pobre à universidade. No que tange especificamente à realidade da juventude rural, Redin e Silveira (2012) pontuam que o PROUNI fortaleceu o sonho do jovem rural de cursar o ensino superior. Tal cenário exige novas reflexões, na medida em que a realidade dos jovens universitários pode ser geradora de conflitos para a dinâmica social (Corrochano, 2013).

Não é por acaso que o ensino superior tem sido tema de discussões fervorosas, principalmente nas duas últimas décadas, nas quai preponderam questionamentos acerca do compromisso social das universidades. Acredita-se que o ingresso do jovem rural no ensino superior é um fenômeno complexo, com várias nuanças que precisam ser evidenciadas. Diante disso, o objetivo deste artigo é identificar relações entre os modos de vida dos jovens universitários e a migração rural-urbana na realidade brasileira.

Método

Este estudo tem como base uma pesquisa qualitativa, que concebe o conhecimento construído a partir das relações sociais e fundamentado em uma compreensão histórica, social, cultural, econômica e política, conferindo importância à relação pesquisador-pesquisados para a construção dos dados.

O processo de inserção ocorreu durante um ano e meio em uma Instituição Pública de Ensino Superior (IES), localizada no interior do estado do Ceará (CE) e considerada um polo de atração universitário. Para isso, entrou-se em contato com o diretor da instituição, de modo a ser apresentada a proposta do estudo. O dirigente desta IES ratificou a pertinência da temática para a realidade e conferiu a anuência para a execução da pesquisa. Em seguida, buscou-se conhecer a Pró-Reitoria de Assuntos Estudantis (PRAE), apresentá-la a proposta do estudo, além de construir os acordos metodológicos. Esse setor contava com a presença de duas assistentes sociais e dois bolsistas, que facilitaram a apropriação e o acesso ao Programa Auxílio Moradia, destinado a jovens estudantes provenientes de regiões rurais. Tal programa assegurava um auxílio financeiro, com vistas a garantir a permanência no curso. A partir de então, articulou-se a comunicação com esses jovens, inicialmente via e-mail, depois também via *Whatsapp*, de forma a ser possível convidá-los para participar da pesquisa.

Esses jovens foram selecionados a partir de alguns critérios, como: ser estudante universitário, maior de 18 anos; estar regularmente matriculado na instituição pesquisada; participar ou já ter participado do programa de assistência estudantil na modalidade Auxílio-Moradia; ter interesse e disponibilidade para participação voluntária na pesquisa, com a assinatura do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE).

Dentre os participantes, foram 9 homens e 5 mulheres, com idades entre 18 e 29 anos, oriundos de comunidades rurais. Esses interlocutores da pesquisa eram estudantes universitários pertencentes a cursos de graduação de diferentes áreas, como ciências biológicas e saúde, ciências humanas e sociais, ciências exatas e tecnológicas.

O processo seguiu com a realização de 14 entrevistas semiestruturadas, individuais, em salas de estudo da própria universidade, a partir de um roteiro previamente elaborado e semiestruturado, cujo foco foi dividido em três partes: 1) a relação do jovem com a comunidade rural; 2) a vivência da mobilidade e da migração; 3) a relação do jovem com a cidade e a universidade.

As entrevistas foram gravadas em formato de áudio, com duração entre trinta minutos e uma hora, e foram transcritas e analisadas, a partir da análise de conteúdo (Bardin, 1977), com auxílio do Atlas *ti* 5.2. A partir de então, foi possível criar códigos que sinalizaram as categorias identificadas no estudo, tais como: processos migratórios; modos de vida; efeitos psicossociais. A essas categorias foram articuladas *quotations* (citações) provenientes do material produzido nas entrevistas e, assim, seguiu-se às análises. Esta pesquisa foi aprovada pelo Comitê de Ética em Pesquisa (CEP) de uma instituição pública de ensino superior.

Resultados e discussão

A partir desta pesquisa, conseguiu-se identificar relações entre os modos de vida dos jovens universitários e a migração rural-urbana através das seguintes categorias: processos migratórios; modo de vida, com ênfase na pobreza; e, por fim, os efeitos psicossociais, com vistas a discutir aspectos subjetivos presentes na vivência migratória.

Os processos migratórios: os jovens que saem do rural para o urbano

Para Barbieri (2011), a migração envolve: fatores objetivos, associados à mudança de residência; perspectiva temporal e espacial; fatores subjetivos, quando é de caráter voluntário ou involuntário; e fatores contextuais, quando

o contexto tem variáveis que atraem ou expulsam as pessoas. Pode-se considerar as questões socioeconômicas e a pobreza como elementos que influenciam os jovens na busca de profissionalização e estudo, principalmente quando não encontram possibilidades em seus lugares de moradia. Por conta dessas condições de vida, o jovem de comunidades rurais costuma buscar trabalho mais cedo (Furlani & Bomfim, 2010). Essa perspectiva se faz presente no discurso de um dos jovens, quando compartilha sua percepção acerca das diferenças entre os jovens que vivem na cidade e os que vivem no campo:

> Pesquisador: Para você, quais as diferenças entre os jovens que moram no rural e os que moram na cidade?
>
> Entrevistado: Ah, porque, às vezes, a educação, os costumes, é diferente! Acho que nem sempre, mas acho que o jovem rural é mais obediente. Assim, é acostumado a trabalhar desde cedo, enfrentar as dificuldades, porque hoje em dia tem muitos jovens, mesmo que não seja de classe alta, mas que moram na cidade. Ele é acostumado com tudo fácil, os pais fazem de tudo pra dar as coisas a ele, eles não ligam muito, não se importam com as conquistas que eles conseguem. Acho que a diferença é isso (Participante 12, 17/06/19, Universidade).

É possível identificar como a questão, principalmente das condições de vida, é um marcador que ainda caracteriza a realidade do jovem no rural. É preciso destacar o trabalho como mediador fundamental de seu desenvolvimento, já que é considerado uma atividade dominante que orienta o amadurecimento do jovem por ser de caráter produtivo e profissionalizante, além de influenciar a posição que tal sujeito vai ocupar nos meios de produção (Bulhões & Abrantes, 2016).

Para Alves e Dayrell (2015), a condição juvenil na realidade rural mostra-se fortemente influenciada pela cultura da migração. Isso ocorre por conta das condições de vida presentes na realidade rural, tais como dificuldades de emprego e renda e acesso a diversidades de bens e serviços. Tudo isso são fatores que, historicamente, estimulam a migração campo-cidade de muitos jovens, principalmente mulheres jovens que se distanciam cada vez mais do trabalho da roça, demarcando uma diferença em relação a suas gerações anteriores. Marinho (2014) ressalta que essa realidade de migração tem se mostrado mais frequente, principalmente entre os jovens que buscam investir nos estudos, nos níveis médio e superior, e querem uma melhor qualificação, pois, de um modo geral, no meio rural, quando há

escolas, elas atendem ao público até o ensino fundamental. A seguir, ilustra-se a percepção do jovem participante acerca das diferenças entre os meios rural e urbano:

> Pesquisador: Como você vê a diferença entre o campo e a cidade?
> Entrevistado: Acho que a questão da localização mesmo. E até o acesso também, tem as escolas também [na cidade]. As dificuldades no rural são maiores, bem maiores do que viver na cidade (Participante 1, 21/06/19, Universidade).

A consequência desse cenário de migração é a redução da juventude rural, produzindo um envelhecimento do campo (Marinho, 2014), um desinteresse do jovem pela terra (Castro, 2009), uma diminuição da força de trabalho familiar nas comunidades rurais e um inchaço nos centros urbanos. Com a migração, também se observa que jovens rurais vão para as cidades e se submetem a empregos precários e baixas remunerações, pondo em xeque o ideal e o imaginário construído acerca da vida nas grandes cidades.

A vida nas cidades impõe novos hábitos, a necessidade de lidar com outras culturas, diferentes modos de socialização e inúmeros desafios diários de convivência para a significação da realidade urbana que é decisivamente diferente do modo de vida no campo. Dentre as facilidades e dificuldades provenientes da migração, os participantes da pesquisa destacaram "A dificuldade acho que é tá longe dos meus familiares, tipo, quando a gente tá aqui e adoece, a gente tá sozinho e tem que resolver as coisas" (Participante 5, 21/06/19, Universidade).

Assim, apesar da migração ainda persistir, há uma quebra no imaginário do morador da zona rural quando se depara com a complexidade do modo de vida nas grandes cidades; esse sujeito sente o choque das diferenças, principalmente quando estas produzem dificuldades, como a questão da mobilidade:

> Às vezes tinha aula no contraturno e eu não ia, porque o transporte era caro, o mototáxi, na época, ele já não era muito barato. E eu, como eu não era daqui, eu nunca soube pegar ônibus aqui na cidade. Aí, então, eu dependia muito do mototáxi (Participante 13, 22/05/19, Universidade).

Há aqueles estudantes que se deslocam diariamente para a cidade em transportes universitários, e há outro perfil, que são aqueles que moram na cidade para estudar e retornam a sua comunidade apenas em alguns finais de semana. Não são só as dificuldades que marcam a escolha por morar na cidade, existem fatores que favorecem, como o melhor aproveitamento do tempo e o próprio esforço do deslocamento contínuo.

> É porque eu tive mais tempo, porque eu não perdia esse tempo, e eu não ficava muito cansada, porque eu chegava meia noite, mas, os dias que eu precisava vim pra cidade, eu tinha que tá acordada 4h30 da manhã já pra tá voltando, aí voltava meio dia e tinha que voltar 16h, aí chegava meia noite, aí tinha três vezes na semana que eu fazia isso (Participante 10, 17/06/19, Universidade).

Há uma diversidade de facetas, entre facilidades e dificuldades, que geram desafios frente à escolha pela migração ou pela mobilidade cotidiana. Para migrar e morar na cidade, é preciso um mínimo de condições socioeconômicas para sustentar esse modo de vida. Já os que não têm essa condição optam pela mobilidade transitória.

Nesse contexto, muitos jovens colocam a questão da mobilidade urbano-rural como fator negativo, pois a mobilidade produz um tempo contraproducente, considerado "tempo perdido": "Como daqui pra serra são duas horas de viagem e é uma viagem extremamente cansativa, se eu ficasse indo e vindo todo dia, eu perderia muito tempo" (Participante 5, 21/06/19, Universidade). Sobre a mobilidade como sinonímia de perda de tempo, para tais interlocutores, essa circunstância interfere diretamente no rendimento acadêmico: "No primeiro semestre, eu fiquei de AF [avaliação final] em uma disciplina e no segundo e no terceiro eu não fiquei em nenhuma. Aí, talvez, tenha sido vir morar aqui também e me esforcei mais" (Participante 1, 21/06/19, Universidade). É importante ressaltar que, embora não tenha sido o foco deste estudo, além desse fator, há também as questões socioinstitucionais e pedagógicas que podem interferir no rendimento do aluno, na sua permanência e conclusão do curso.

A mobilidade cotidiana tem reflexos na constituição da identidade e da sociabilidade desses jovens, construindo novas práticas e inúmeras maneiras de fazer e ser que acontecem até nos transportes universitários (Freitas & Braga, 2013). Diante disso, essa mobilidade aparece possivelmente para tentar romper os círculos de invisibilidade e exclusão social e cultural cultivada no campo (Oliveira & Feliciano, 2016). Faz-se urgente refletir sobre o lugar que esse jovem migrante ocupa, especialmente aquele que não saiu definitivamente de sua localidade, mas vivencia um modo de vida marcado por esse 'vai e volta': por uma realidade em movimento e pelas insatisfações e incertezas que são impostas por essas circunstâncias. Nesse aspecto, como relata o jovem participante:

> Eu já passei dois semestres, e o começo do terceiro indo e vindo, às vezes duas no dia, porque, antes do

> auxílio moradia, eu tinha a BIA, que era a Bolsa de Iniciação Acadêmica, aqui também da universidade, e aí eu vinha e ia duas vezes no dia, passava mais de 4 horas no ônibus, muito ruim (Participante 10, 17/06/19, Universidade).

Os desejos e a própria relação com essa mobilidade parecem diferente de gerações anteriores e isso se evidencia quando o jovem diz: "Cara, eu [pausa], assim... era uma coisa que eu já queria muito, então, pra mim, foi uma sensação de uma conquista pra mim" (Participante 11, 18/06/19, Universidade). Consideramos, portanto, que migrar do rural para a urbano pode impactar diferentes dimensões, dentre elas pode contribuir com elementos de fortalecimento e pode representar um estímulo à liberdade e à autonomia que o jovem tanto almeja, a partir da relação com novas responsabilidades:

> Essa experiência, pra mim, é boa que a gente vê e a gente vive novas experiências, né? A gente se locomovendo a gente vai ganhando mais responsabilidades, ficando com mais responsabilidade pra nossa própria pessoa. Antes era nossa família que tinha essa responsabilidade, hoje não. Hoje a gente se torna mais responsável (Participante 6, 12/06/19, Universidade).

Desse modo, constata-se que o rural e o urbano são mundos bastante distintos, mas que se entrelaçam intensamente na vida desses jovens que decidem migrar para satisfazer suas necessidades e se deparam com grandes desafios, encarados de forma contraditória e não passiva (Oliveira & Feliciano, 2016). Esses desafios exigem transformações psicossociais, readaptações, criações, resistências e enfrentamentos, os quais são produzidos numa relação dialética com as urbanidades e as ruralidades em construção.

O modo de vida dos jovens migrantes e a pobreza

Alguns dados apontaram elementos que refletem a realidade de pobreza vivenciada pelos estudantes universitários, dentre estes o fato de serem beneficiários do Programa Bolsa Família. O Programa Bolsa Família é parte da Política de Assistência Social (PNAS), a nível de Proteção Social Básica (PSB), e se configura como uma política de transferência de renda, com foco na amenização da extrema pobreza (Brasil, 2010).

De modo geral, as discussões sobre pobreza têm partido da ideia de ausência de renda. É preciso ressaltar como o acesso à universidade é possibilitado a partir da garantia de bolsa (renda). Apreende-se, no discurso de um dos jovens entrevistados, os

impactos da questão econômica para a permanência no ensino superior. Filho de diarista, ele reconhece:

> Assim, questões financeiras, no começo, foi um pouco difícil. Porque como eu não recebia nenhuma bolsa ainda, minha mãe teve que me bancar aqui, né? Como economia só começa no segundo semestre, aí a gente meio que não tem acesso no primeiro semestre às bolsas, porque elas geralmente saem no começo do ano. Aí minha mãe teve que me bancar aqui e não é tão barato assim, pra quem trabalha como diarista. Quanto às questões financeiras, foi um pouco difícil (Participante 5, 21/06/19, Universidade).

Além da questão monetária, existe a falta de acesso a saúde, educação, alimentação, cultura, lazer, habitação, dentre outros direitos básicos, o que caracteriza a multidimensionalidade da pobreza (Sen, 2000). Nesse sentido, mesmo que a família possa auxiliar no aluguel desse estudante que mora na cidade e cursa a universidade, há outros elementos que são parte da realidade de privação, tais como a alimentação. Os estudantes relataram realizar as principais refeições no Restaurante Universitário (RU), o qual é uma política de assistência estudantil que tem contribuído para o fato de conseguirem realizar mais de uma refeição diária. Ao analisar outros aspectos, observou-se que a entrada na universidade implicou a mudança de moradia do rural para urbano e a necessidade de mudar de residência para cursar o ensino superior. O caminho encontrado por tais jovens migrantes foi a habitação coletiva, dividindo casa/apartamento com os amigos, o que exige rearranjo e novas adaptações cotidianas.

Ao analisar os critérios estabelecidos pela Política Nacional de Assistência Estudantil (PNAE) das Instituições de Ensino Superior (IES) Federais, pode-se constatar a preponderância da dimensão econômica, pois o aluno considerado pobre é aquele com renda familiar per capita igual ou inferior a um salário mínimo. Segundo Ximenes, Moura Júnior, Cruz, Brito e Sarriera (2016), a perspectiva adotada pelo poder público para mensuração da pobreza pauta-se na determinação da renda, configurando uma visão unidimensional. A consequência disso recai também sobre o estabelecimento de formas de intervenção que, nesse caso, torna-se reducionista por naturalizar uma visão de pobreza que se enfrenta apenas pela via da transferência de renda.

Ao se pensar na dinâmica social constituída no campo, evidencia-se que, além das desigualdades globais, existem

também dificuldades e limitações locais e específicas, que se mostram nas condições de privação social, cultural e psicológica. Os modos de vida dos jovens camponeses são atravessados pela realidade de pobreza multidimensional (Sen, 2000). Tal fenômeno complexo é um fator preponderante para o modo de vida e o projeto de futuro da juventude pobre rural, o que denota, muitas vezes, uma realidade atravessada por limitações e impossibilidades. Miranda, Giagozommi e Fiorott (2021) pontuam que a interseção entre adolescência e vulnerabilidade social tem produzido diversos estigmas, o que nos instiga a pensar estratégias e espaços de enfrentamento a tais questões.

Ademais, Redin (2017) reconhece que as políticas públicas têm oportunizado o acesso dessa juventude ao ensino superior, no entanto, tal segmento específico ainda está marginalizado na política educacional, pois não há ainda amplas opções de escolha de curso, além de precárias condições que viabilizem não só o acesso, mas também a permanência e a conclusão do curso.

Embora se reconheça que atualmente o jovem de classe popular está alcançando o ensino superior, é necessário questionar quais os lugares que tal grupo está acessando: quais cursos, estratégias de permanência, relação com as demandas de cada curso (carga horária, tempo de dedicação e frequência), materiais de estudo/laboratório/prática, questões socioinstitucionais e pedagógicas, dentre outros elementos. Para os jovens, o rendimento acadêmico está associado à dedicação de horas de estudo em casa, o que sinaliza a importância do uso do tempo e de sua aplicação para o estudo. Isso se evidencia no seguinte discurso: “Essa coisa de vir morar aqui [referindo-se a cidade/urbano] foi bom porque o meu rendimento acadêmico melhorou e, a partir do momento que eu comecei a morar na cidade, eu não reprovei mais disciplina” (Participante 3, 26/06/19, Universidade).

Nesse ínterim, pode-se questionar até que ponto as condições objetivas e concretas da vida influenciam a vida desses jovens, até mesmo diante da escolha do curso. Essa questão também se destaca quando um jovem participante reconhece que escolheu seu curso pelas condições de poder cursá-lo, e não exatamente pela identificação com a área: “a minha escolha do curso principalmente se deu porque era o curso noturno e porque tinha o transporte universitário que vinha à noite” (Participante 3, 26/06/19, Universidade). O fato é que aqueles com condições financeiras e tempo para dedicar-se exclusivamente ao estudo têm mais possibilidades de escolha do curso. De um modo geral, observou-se que os cursos mais acessíveis para esses jovens de origem

popular são os de licenciatura, como Pedagogia, Matemática, Geografia, História, o que implica diretamente em seus projetos de futuro na sua comunidade: ser professor. Já os cursos considerados de alta demanda, como o de Medicina, possuem um percentual bem diminuto de jovens pobres que conseguem alcançar esse lugar. Dessa forma, entendemos que não se trata diretamente de incapacidade do jovem pobre, mas refere-se à falta de condições históricas, estruturais e objetivas para o acesso de tal segmento a esse espaço. Tais fatores devem ser pensados como indicadores para avaliar as condições de acesso ao ensino superior.

As políticas de inclusão têm proporcionado o acesso dos jovens pobres à universidade, o que representa um avanço na realidade social brasileira. Esse avanço tem gerados frutos e transformações que demandam novas questões, relacionadas aos desafios da permanência e da conclusão do percurso na universidade. Com Zago (2006) pode-se reforçar a importância do acesso e deve-se questionar sobre como favorecer a permanência do jovem no ensino superior. Assim, é preciso repensar uma universidade que esteja comprometida com a realidade desse segmento, cuja presença é recente nesse nível de ensino. Isso representa novos desafios e caminhos que precisam considerar um outro perfil social, econômico e subjetivo. Tal realidade pressiona por políticas de permanência e conclusão do ensino superior, bem como por contribuições dos diversos saberes científicos.

Ao trazer a Psicologia para esse campo em disputa, precisa-se pensar sobre as implicações psicológicas da vivência no ensino superior para o modo de vida desses jovens. Existe um capital que é social, cultural e psicológico, assim como uma mudança de hábito e de cultura. Nesse sentido, surgem novas exigências, modos de pensar, de fazer e de se relacionar que causam impactos na estruturação do psiquismo desses sujeitos. Mais do que uma nova vivência ou a ocupação de um novo espaço físico e geográfico, a migração rural-urbana de tais jovens universitários envolve perdas e lutos, novas relações, outras expectativas e sonhos. Tais mudanças objetivas e subjetivas de vida, além de dificuldades e desafios ligadas a elas, atravessam a constituição psicossocial desses jovens, cuja especificidade é advir de camadas pobres, comunidades rurais e/ou pequenas cidades do interior. Esse conjunto de fatores inerentes à experiência da migração tendem a gerar implicações sociais e psicológicas para o desenvolvimento desses jovens.

Efeitos psicossociais da migração

Pensar sobre migração e seus efeitos psicossociais nos exige considerar a dimensão da saúde dos sujeitos. Desse modo, para além de um paradigma biológico ou psicológico, é necessário entender e reconhecer esse processo de migrar como um fenômeno que extrapola uma mera mudança de lugar físico, pois produz efeitos também nas relações sociais e na constituição do psiquismo dos sujeitos que se mudam.

Parte-se da compreensão que as mudanças são intrínsecas ao desenvolvimento e à existência humana. No caso da migração, essas mudanças podem gerar ampliação cultural ou imposição de fronteiras e preconceitos (Dantas, Ueno, Leifert & Suguiura, 2010). Quando se fala de migração, refere-se a determinados tipos de mudanças, as quais iniciam no lugar de moradia e repercutem em outras dimensões. Desse modo, é indubitável que sair de um lugar para morar em outro não significa apenas ultrapassar determinada fronteira geográfica, mas também implica enfrentar mudanças sociais, psicológicas e emocionais, que envolvem adaptação e integração, conforme o discurso a seguir:

> Assim só foi ruim pra me adaptar, porque eu não conhecia a cidade e muitos dos meus colegas são daqui da cidade, aí eu ficava um pouco perdida no início de não saber onde era tal lugar e tal lugar, aí fica meio um pouco de exclusão, mas só no início, depois eu já conheço mais ou menos alguns pontos principais da cidade (Participante 7, 12/06/19, Universidade).

A partir disso, é perceptível que ocupar um novo território exige reajustes psicológicos, uma vez que a má adaptação pode gerar consequências psíquicas graves. Isso ocorre porque o processo migratório repercute em novos padrões e valores culturais no modo de vida dos jovens que migram. Evidencia-se que o contato com uma nova cultura impõe um conflito e pode gerar uma crise no sujeito, exigindo uma readaptação (Dantas et al., 2010). Becker e Martins-Borges (2015) apontam as dificuldades no processo de adaptação cultural, pois, segundo as autoras, isso está relacionado às perdas do que foi deixado nas dimensões materiais, sociais e psicológicas, como a ruptura dos vínculos afetivos, conforme traz o jovem em seu discurso:

> Pra falar a verdade, eu sempre tive acostumado a acordar, ver meu pai, ver minha mãe, ver minhas irmãs em casa e eu acostumado com aquela rotina, digamos, de todo dia; detalhe: interior é um local que não tem movimento, é muito simples, não tem nenhum trânsito... O trânsito dos carros, ‘pelo amor de Deus’, tipo, não existe isso, é um

> lugar muito sossegado. Aí você, do nada, se muda pra um lugar, você tá morando numa cidade, a rotina muda abruptamente e aí rapaz... Você se sente que tá no lugar errado, essa que é a verdade (Participante 9, 16/05/19, Universidade).

Essa adaptação envolve relação com nova cultura e novo clima, perda de vínculos e desafios para construção de novos. Esse conjunto de fatores em interação coloca a migração como um fenômeno desencadeador de mudanças, as quais podem gerar impactos mais ou menos instáveis na vida dos sujeitos e exigem pensar sobre questões como o processo migratório, a adaptação, a integração e os novos modos de socialização. Nesse sentido, segundo um jovem participante da pesquisa,

> É, é bastante impactante, porque a gente... [pausa] tipo, tem um ambiente familiar que a gente, tipo, se sente protegido, essas coisas, aí vem morar com gente desconhecido de outra cidade e até mesmo de outros estados. A gente passa praticamente, assim, um tempo de adaptação, seis meses, um semestre (Participante 6, 12/06/19, Universidade).

A adaptação está relacionada à dimensão pessoal ou psicológica e ao aspecto interacional, uma vez que existe a adaptação psicológica e cultural. De acordo com Monteiro Neto (2008), a primeira está associada à produção do *stress*, e a segunda está baseada na aprendizagem e desenvolvimento de habilidades sociais; para o autor, tais dimensões estão interligadas. No entanto, essas distintas modalidades de adaptação não necessariamente estão no âmbito do patológico, principalmente quando se configuram de maneira efêmera, em que se parte de um processo de inserção e reconhecimento social na nova realidade (Dantas et al., 2010).

Mühlen, Dewes e Leite (2010) fazem referência ao estresse de aculturação – termo usado para designar o resultado da relação do sujeito com duas culturas diferentes e seus impactos estressantes, como o conflito de valores e a discriminação. Segundo Ramos (2009), as classes sociais mais baixas e com pouca rede de apoio podem ser indicadoras de maior taxa de estresse entre os que vivenciam a migração. Nesse caso, é importante destacar a relação entre experiências migratórias e impactos psicossociais para a constituição da identidade do sujeito, conforme ilustrado neste relato:

> Foi bem complicado... é diferente, por mais que não seja muito distante, é diferente as coisas, aqui são diferentes, você tem que

> resolver tudo sozinha, lá não, lá todo mundo se conhece, você pode pedir informação pra qualquer pessoa, aqui não, aqui é cada um por si e Deus para todos (risos) (Participante 10, 17/06/19, Universidade).

Lidar com as diferenças provenientes do encontro de duas culturas aponta para alguns desafios que a migração impõe à identidade e ao desenvolvimento. Sob essa ótica, as implicações psicológicas envolvidas na experiência migratória podem também estar relacionadas às mudanças que refletem no dia-a-dia e nos hábitos:

> O que eu senti mais falta talvez seja da rotina mais leve, porque lá eu assistia televisão, eu estudava na hora que eu queria, né? Assim, não tinha uma coisa delimitada; aqui, por exemplo, eu passo o dia todinho na faculdade, chego em casa à noite, depende do semestre também, aí, quando chega em casa à noite, ainda tem que estudar mais, mas você está falando em relação a saudade, né? (Participante 7, 12/06/19, Universidade).

Essas implicações psicológicas podem envolver também as relações dos sujeitos migrantes com os seus núcleos familiares, por conta do nível de diferenciação, ligado à maturidade, e nível de fusão emocional, assim como podem interferir na constituição das redes sociais e de pertencimento do sujeito a seu lugar de origem (Dantas et al., 2010).

Nesse aspecto, o suporte social exerce um papel fundamental na relação estresse e doença, sendo determinante na produção da saúde (Mühlen et al., 2010). Percebe-se isso no discurso do jovem sobre seu processo de adaptação: “Eu me adaptei rapidamente, fiz amizades, essas coisas, fui me ‘interando’ na faculdade, interagindo com outros estudantes. Mas, realmente, no início é bem impactante, influencia bastante” (Participante 6, 12/06/19, Universidade).

Dentre os aspectos que facilitaram o processo de adaptação a uma nova cultura, Becker e Martins-Borges (2015) apontaram o apoio social, o envolvimento com práticas religiosas e o sentimento de esperança. Ramos (2009) defende que a constituição de redes de apoio pode atenuar a ocorrência do estresse e do sofrimento, uma vez que tais relações reduzem as possibilidades de isolamento do sujeito. Em síntese, Mühlen et al. (2010) acreditam que aspectos como a relação com a família e o suporte social podem favorecer uma melhor adaptação cultural, ou, ao contrário, podem ser considerados fatores de risco e gerarem *stress* de aculturação.

Considera-se que a sobreposição de culturas, provenientes do processo migratório, produz implicações

psicossociais, o que exige pensar nessas repercussões a nível da realidade rural-urbana e, especificamente, quando se refere às mudanças socioculturais existentes entre as cidades grandes e cidades do interior ou rural, refletindo de que modo tais mudanças são vivenciadas e significadas pelos jovens. Para Dantas (2017), as instituições precisam realizar trabalhos preventivos para adaptação e, além disso, promover a integração dos estudantes ao novo ambiente, dados os processos psicológicos que estão envolvidos na transição e no encontro de diferentes culturas.

Apontamos a perspectiva intercultural como um pensamento que pode ser mais discutido no campo da educação e das políticas públicas, chamando atenção para os efeitos psicossociais vivenciados pelos jovens camponeses que migram. Clemente e Morosini (2020) defendem a importância de incentivar didáticas que visem ao desenvolvimento de competências interculturais no ensino superior. Dessa maneira, afirmamos que a universidade não é um espaço neutro e imutável e que, portanto, precisa ser questionada e transformada para acolher esses novos perfis de estudantes, tornando os conhecimentos e vivências desses jovens transformadores da própria universidade. Por fim, é necessário aprofundar as políticas de assistência estudantil no ensino superior.

Considerações finais

Este estudo é relevante na medida em que discute a realidade das juventudes rurais na perspectiva da Psicologia, com foco nos reflexos psicossociais para a experiência na universidade, tema fundamental para formulação e desenvolvimento de políticas estudantis. A partir dos resultados, foi possível identificar que os jovens rurais que optam pela migração e pelo ensino superior tornam-se uma mão de obra a menos para contribuir com a produção econômica familiar e, além disso, por serem estudantes, passam a onerar gastos, o que gera um problema diante da realidade da família rural pobre. Desse modo, a opção pelo estudo pode ser vista, a priori, com pesar, pois o caminho esperado para esse jovem rural, exigido pelas suas próprias condições sociais, é o do trabalho, mais comumente a reprodução das funções familiares e agrícolas. Diante desse cenário, deve-se problematizar a naturalização da imagem do jovem rural, associada à figura do filho de agricultores familiares ou camponeses que vive um período de aprendizagens e preparação para suceder os pais na agricultura. Esse jovem torna-se, então, parte de uma relação hierarquizada, reproduzida de uma geração para outra. A partir dessa desnaturalização, torna-se possível refletir sobre como esses

jovens rurais desacomodam certas estruturas do que é considerado "urbano" e ainda apostar na ideia de juventudes as quais passam a se constituir como categoria indentitária que almeja outras oportunidades de vida.

É necessário enxergar que as políticas de estímulo para permanência do jovem no meio rural podem, por vezes, funcionar como projetos de fixação da juventude no campo. Nesse aspecto, a questão não está na fixação do jovem no campo, mas na criação de possibilidades de escolha para aqueles que lá querem permanecer, assim como criar condições para aqueles que querem migrar. Isso porque os jovens que vivenciam a realidade de migração para centros urbanos podem se deparar com dificuldades maiores, tais como condições de vulnerabilidade psicossocial, insegurança, alto índice de violência na cidade, maiores desigualdades sociais, diversidades culturais, políticas, econômicas e religiosas, dificuldades de locomoção e de interações com os outros, etc.

Isto posto, consideramos que este estudo evidencia o quão necessário e urgente é pensar sobre acesso e permanência desses jovens estudantes pobres na universidade, principalmente na última década. Além disso, vale considerar este debate como uma questão ético-política emergente. É fato que o ensino superior vem representando uma conquista por parte da camada mais pobre da sociedade, no entanto, o processo de permanência e conclusão ainda implica enormes desafios. Consideramos a importância de ampliar a pesquisa, além de contemplar uma maior diversidade étnica e cultural dos jovens, visto que foi uma limitação deste artigo. Vislumbramos ainda que a possibilidade de aprofundar as peculiaridades da juventude e seus entrelaces com a pobreza rural nordestina pode produzir questões a serem melhor exploradas em futuros estudos.

Referências

Alves, M. Z. & Dayrell, J. T. (2015). Transnacionalismo, juventude rural e a busca de reconhecimento. *Educação e Pesquisa*, 41(spe), 1455-1471. doi: http://dx.doi.org/10.1590/S1517-9702201508143396

Baeninger, R. (2012). Rotatividade migratória: um novo olhar para as migrações internas no Brasil. *Revista Interdisciplinar da Mobilidade Humana,* 20(39), 77-100. Recuperado de https://www.scielo.br/j/remhu/a/mrVMskqfZGB3w5t7wjfBKHR/?format=pdf&lang=pt

Barbieri, A. F. (2011). Mudanças climáticas, mobilidade populacional e cenários de vulnerabilidade para o Brasil. *Revista Interdisciplinar da Mobilidade Humana*, 19(36), 95-112. Recuperado de http://www.redalyc.org/articulo.oa?id=407042013005

Barcellos, S. B. (2015). A formulação das políticas públicas para a juventude

rural no Brasil e os elementos constitutivos desse processo social. *Mundo Agrário*, 16(32), 1-32. Recuperado de https://www.mundoagrario.unlp.edu.ar/article/view/MAv16n32a10

Bardin, L. (1977). *Análise de Conteúdo*. Lisboa: Edições 70.

Becker, A. P. S. & Martins-Borges, L. M. (2015). Dimensões psicossociais da imigração no contexto familiar. *Boletim Academia Paulista de Psicologia*, 35(88), 126-144. Recuperado de https://www.redalyc.org/pdf/946/94640400009.pdf

Bittencourt, L. N., Matheus, T. V. & Tavanti, R. M. (2018). Ações culturais e juventudes em m' boi mirim: um debate sobre políticas públicas e vulnerabilidades. *Athenea Digital*, 18(3), 1-25. doi: https://doi.org/10.5565/rev/athenea.1975

Brasil. (2010). *Programa Bolsa Família*. Brasília: Secretaria Especial de Desenvolvimento. Recuperado de http://mds.gov.br/assuntos/bolsa-familia

Bulhões, L. & Abrantes, A. A (2016). Idade adulta e o desenvolvimento psíquico na sociedade de classes – juventude e trabalho. In M. Martins, A. A. Abrantes & M. G. D. Facci (Orgs.), *A periodização histórico-cultural do desenvolvimento psíquico- do nascimento a velhice* (pp. 241-265). Campinas, SP: Autores Associados.

Caetano, E. & Azevedo, E. E. F. N. (2017). Políticas Públicas e Juventudes: Algumas particularidades do caso brasileiro. *Polis*, 16(48), 37-59. Recuperado de https://www.redalyc.org/pdf/305/30554026003.pdf

Castro, E. G. (2009). Juventude rural no Brasil: processos de exclusão e a construção de um ator político. *Revista Latinoamericana de Ciencias Sociales, Niñez y Juventud, Manizales*, 7(1), 179-208. Recuperado de https://www.redalyc.org/pdf/773/77307108.pdf

Clemente, F. A. S. & Morosini, M. C. (2020). Competências interculturais: interlocuções conceituais e uma proposta de releitura para a educação superior. *Educação e Pesquisa*, 46, 1-20. doi: https://doi.org/10.1590/s1678-4634202046216262

Corrochano, M. C. (2013). Jovens trabalhadores: expectativas de acesso ao ensino superior. *Avaliação*, 18(1), 23-44. Recuperado de https://www.redalyc.org/pdf/2191/219125744003.pdf

Dantas, S., Ueno, L., Leifert, G. & Suguiura, M. (2010). Identidade, migração e suas dimensões psicossociais. *Revista Interdisciplinar da Mobilidade Humana*, 18(34), 45-60. Recuperado de https://www.redalyc.org/pdf/4070/407042011004.pdf

Dantas, S. (2017). Saúde mental, interculturalidade e imigração. *Revista USP*, (114), 55-70. Recuperado de https://www.revistas.usp.br/revusp/article/view/142368/137500

Freitas, I. C. M. & Braga, J. R. M. (2013). Os universitários viajantes: suas práticas e sociabilidades. *O público e o privado*, (21), 91-108. Recuperado

de http://www.seer.uece.br/?journal=opublicoeoprivado&page=article&op=view&path%5B%5D=651&path%5B%5D=755

Furlani, D. D. & Bomfim, Z. A. C. (2010). Juventude e afetividade: tecendo projetos de vida pela construção dos mapas afetivos. *Psicologia e Sociedade*, 22(1), 50-59. Recuperado de https://www.redalyc.org/pdf/3093/309326443006.pdf

Leite, J. F., Macedo, J. P. S., Dimenstein, M. & Dantas, C. (2013). A formação em Psicologia para a atuação em contextos rurais. In J. F. Leite & M. D. Dimenstein (Orgs.), *Psicologia e contextos rurais* (pp. 27-55). Natal: EDUFRN.

Marinho, D. L. (2014). Estratégias de Transformação Social no Campo: A Formação de Jovens da Escola Família Agrícola de Marabá-PA. In M. A. Menezes, V. L. Stropasolas & S. B. Barcellos (Orgs.), *Juventude Rural e Políticas Públicas no Brasil* (p. 164-176). Brasília: Presidência da República.

Menezes, M. A., Stropasolas, V. L. & Barcellos, S. B. (2014). *Juventude Rural e Políticas Públicas no Brasil*. Brasília: Presidência da República.

Miranda, P. R. A., Giacomozzi, A. I. & Fiorott, J. G. (2021). Processos Grupais com Adolescentes em Situação de Vulnerabilidade Social. *Rev. Polis e Psique*, 11(2), 225-244. Recuperado de https://seer.ufrgs.br/PolisePsique/article/view/103393/63739

Monteiro Neto, F. F. (2008). Adaptação psicológica e sociocultural de jovens Oriundos de famílias imigrantes dos PALOP. *Psicologia, Educação e Cultura*, 12(2), 435-450. Recuperado de https://hdl.handle.net/10216/99793

Mühlen, B. K. V., Dewes, D. & Leite, J. C. C. (2010). Stress e processo de adaptação em pessoas que mudam de país: uma revisão de literatura. *Portal Rede Metodista*, 12(24). doi: http://dx.doi.org/10.15602/1983-9480/cmbs.v12n24p59-67

Oliveira, L. B. & Feliciano, C. A. (2016). Entre o campo e a cidade: reflexões sobre o espaço da juventude camponesa. *Revista Pegada*, 17(2), 108-225. Recuperado de http://revista.fct.unesp.br/index.php/pegada/article/viewFile/4678/3588

Ramos, N. (2009). Saúde, migração e direitos humanos. *Mudanças*, 17(1), 1-11. doi: https://doi.org/10.15603/2176-1019/mud.v17n1p1-11

Redin, E. & Silveira, P. R. C. (2012). Juventude rural: experiências e perspectivas. In V. F. Santos, H. A. G. Vela & P. R. C. Silveira (Orgs.), *Educação rural no mundo contemporâneo* (pp. 175-208). Santa Maria: UFSM.

Redin, E. (2017). Políticas educacionais e juventude rural no ensino superior. *Educar em Revista*, (63), 237-252. doi: https://doi.org/10.1590/0104-4060.44861

Sen, A. (2000). *Desenvolvimento como liberdade*. São Paulo: Companhia das Letras.

Ximenes, V. M., Moura Júnior, J. F., Cruz, J. M., Brito, L. S. & Sarriera, J. C. (2016). Pobreza Multidimensional e seus Aspectos Subjetivos em Contextos Rurais e Urbanos

Nordestinos. *Estudos de Psicoogia.*, 21(2), 146-156. doi: 10.5935/1678-4669.20160015

Zago, N. (2006). Do acesso à permanência no ensino superior: percursos de estudantes universitários de percursos de estudantes universitários de camadas populares camadas populares. *Revista Brasileira de Educação*, 11(32), 226-370. doi: https://doi.org/10.1590/S1413-24782006000200003

Alexsandra Maria Sousa Silva. Psicóloga, Doutora Psicologia pela Universidade Federal do Ceará, professora da Faculdade Luciano Feijão (FLF).
ORCID: https://orcid.org/0000-0003-3362-2685
E-mail: alexsandramss88@gmail.com

Verônica Morais Ximenes. Psicóloga, Doutora em Psicologia pela Universidad de Barcelona (Espanha), Pós-Doutora em Psicologia pela UFRGS, Docente do Programa de Pós-Graduação em Psicologia da Universidade Federal do Ceará e Pesquisadora do CNPq PQ-2.
ORCID: https://orcid.org/0000-0003-3564-8555
E-mail: vemorais@yahoo.com.br

Submetido em: 27/08/2021
1ª rodada: 31/08/2021
2ª rodada: 09/12/2022
Aceito em: 12/01/2023